



O que determina a competitividade

A pressão pelo aumento da competitividade é uma reta em constante ascensão. Por isso, é fundamental que as empresas e os próprios países possam oferecer produtos e serviços que, submetidos ao grande teste do mercado globalizado, se revelem como a alternativa mais atraente para grupos cada vez maiores de consumidores.

A cada instante, a inovação e a tecnologia permitem que sejam ofertadas novidades sem fim. E as empresas, especialmente as pequenas e médias, também precisam atender aos requisitos mais exigentes que o mercado impõe.

Há uma busca contínua por preços menores e itens diferenciados. Como consequência, tem havido um incessante trabalho para melhorar os índices de produtividade e ampliar, de maneira geral, as características competitivas dos produtos e serviços. Parte desse trabalho está sendo feita pelas empresas e é forçoso reconhecer que os resultados alcançados evidenciam que a tarefa vem sendo bem-sucedida.

Mas existe um conjunto de fatores que se convencionou chamar de fatores sistêmicos de competitividade, cuja solução depende em grande medida do governo. Eles englobam a infra-estrutura econômica, os sistemas de saúde e educação, o estágio de desenvolvimento tecnológico do país, os aspectos macroeconômicos e o grau de institucionalização dos mercados. Quando se analisa a infra-estrutura econômica brasileira, por exemplo, verifica-se que, exceto no que se refere às telecomunicações,

todos os outros itens se encontram num estágio bastante delicado. Os maiores problemas estão na área de transportes. Temos rodovias que ainda não foram submetidas ao regime de concessão e pedágio;



Setor energético não deve ser problema para o país, mas saúde e educação preocupam

ferrovias que, apesar de privatizadas, encontram-se em precárias condições; portos e aeroportos que apresentam deficiências evidentes e requerem um volume de investimentos que o Estado brasileiro, a despeito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), parece não ter condições de realizar.

Já quanto ao setor energético, as dificuldades parecem contornadas. Na geração e transmissão de eletricidade, as concorrências públicas realizadas para as usinas hidrelétricas do Rio Madeira, cujas obras devem começar ainda neste semestre, bem como o início do processo de construção da usina termonuclear de Angra 3, parecem indicar que chegaremos à próxima década sem maiores problemas. Em relação aos combustíveis líquidos, as notícias são alentadoras. No tocante ao petróleo, as recentes descobertas de jazidas na região do pré-sal sugerem que o país poderá converter-se em um grande produtor global, cabendo ainda dúvidas sobre a forma como o novo negócio será conduzido, uma vez que existe a possibilidade de se criar mais uma empresa estatal para atuar unicamente nesse projeto.

Também com relação aos combustíveis provenientes da biomassa parece evidente que a questão está bem equacionada no Brasil. Afinal, temos uma longa experiência na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar. A produtividade, tanto agrícola como industrial do setor, apresenta um nível bastante elevado, ao contrário dos países desenvolvidos. O etanol brasileiro é um substituto competente para o

petróleo, e o desenvolvimento dos motores flex permitiu nos últimos anos a expansão do seu uso. No caso do biodiesel parece que ainda será necessário percorrer um caminho mais longo, havendo, no entanto, evidências de que a iniciativa tem tudo para dar certo.

A realidade muda novamente, porém, quando abordamos a questão da educação. A despeito dos progressos obtidos, ainda resta muito a fazer. Isso mesmo considerando que os investimentos públicos na área correspondem a 4,8% do PIB, índice elevado quando analisado em termos mundiais. O governo manifestou a intenção de incrementar esses recursos, mas parece claro que o principal problema não está no montante,

mas na eficiência de sua aplicação. A maioria dos cursos fundamentais tem uma carga horária diária bastante inferior à dos países mais competitivos — quatro horas, em média, contra oito nos Estados Unidos, na União Européia e na Ásia. Tanto no ensino fundamental como no médio e superior existem carências na formação de professores e muitas vezes não se conta com adequados incentivos ao seu aperfeiçoamento. Isso sem falar nos baixos salários.

Também é comum os investimentos serem destinados muito mais à construção de prédios do que à preparação da mão-de-obra. Como resultado, em alguns setores há uma grande carência de recursos huma-

nos preparados para contribuir no esforço da produção de bens e serviços mais competitivos.

É inegável que as questões de competitividade constituem um ponto importante na definição do rumo do crescimento econômico de qualquer país, apresentando grande impacto para qualquer negócio, em particular para as pequenas e médias empresas. E precisamos estar cientes de que os fatores sistêmicos definirão se chegaremos ao topo do pódio ou não. ←

***THARCISIO BIERRENBACH DE SOUZA SANTOS**
é economista, doutor em História Econômica, vice-diretor da Faculdade de Administração da Fundação Armando Álvares Penteado e diretor do FAAP-MBA.
E-mail: tsantos@faap.br

1ª Feira e Sessão de Negócios de Empresas Incubadas



50 Incubadoras e mais de 300 empresas com novos negócios para o mercado.

Se você procura parceiros, sociedades, representações e bons investimentos, não deixe de visitar a Feira que representa a força econômica das pequenas empresas nascentes do Estado de São Paulo.

Informações sobre o evento

www.incamp.unicamp.br/feira_incubadas
incubadoras@nucleo2eventos.com.br

10 e 11 de setembro - das 14:00 às 20:00 h.
12 de setembro - das 14:00 às 18:00 h.

Centro Municipal de Eventos
Av. Maria Thereza de Barros Camargo, 1525
Limeira - SP